

Manutenção versus Conservação: a criação do Parque Florestal em Chapecó

*Maintenance versus Conservation:
the creation of the Parque Florestal in Chapecó*

Samira Peruchi Moretto*
Michely Cristina Ribeiro**

Palavras-chave:
História Ambiental
Transformação ambiental
Parque Florestal João Goulart

Resumo: A partir do século XX, a região oeste do estado de Santa Catarina vivenciou um período de maior interferência humana na configuração do meio ambiente. O presente estudo tem como objetivo analisar os processos de transformações ambientais que levaram à criação do Parque Florestal João Goulart, na década de 1960, em Chapecó. Partindo da abordagem proposta pela História Ambiental, utiliza-se como fontes periódicos regionais e outros documentos relativos ao processo de criação do Parque Florestal. Na região, o setor madeireiro teve grande destaque econômico desde o início da colonização, porém o crescimento do desmatamento ocorreu paralelo às grandes acelerações. Além disso, outro fator responsável por intensificar o desmatamento foi a abertura de novas áreas para os cultivos agrícolas e a criação de animais. A preocupação levantada pelos desmatamentos levou à implementação de medidas institucionais, como a criação de Parques Florestais no Brasil. Entretanto, a atuação dos parques esteve ligada principalmente à manutenção de atividades econômicas em detrimento a conservação.

Keywords:
Environmental History
Environmental changes
Parque Florestal João Goulart

Abstract: From the twentieth century, the western region of the state of Santa Catarina experienced a period of increase in human interference in the configuration of the environment. This study aims to analyze the processes of environmental transformations that led to the creation of the Parque Florestal João Goulart, in the 1960s, in Chapecó. Based on the approach proposed by Environmental History, it is used as sources regional newspapers and other documents related to the process of creation of the Parque Florestal. In the region, the logging activities has had great economic prominence since the beginning of colonization, but the growth of deforestation occurred parallel to the great accelerations. In addition, another factor responsible for intensifying deforestation was the opening of new areas for agricultural crops and animal husbandry. The concern raised by deforestation led to the implementation of institutional measures, such as the creation of Parques Florestais in Brazil. However, the operation of the parks was mainly linked to the maintenance of economic activities to the detriment of conservation.

Recebido em 31 de outubro de 2019. Aprovado em 18 de dezembro de 2019.

O Oeste de Santa Catarina e as grandes acelerações

O desmatamento, por ser uma preocupação global, é objeto de estudo de muitas pesquisas que abordam, principalmente, suas causas e consequências. O século XX foi marcado por mudanças na área de desenvolvimento de tecnologias

e estudos sobre o desmatamento, num primeiro momento visando a otimização da prática, foram desenvolvidas novas ferramentas e maquinário para desmatar. Porém, com a diminuição de áreas florestadas, surgiram novos instrumentos¹, desta vez, visando monitorar e controlar as ocorrências.

Embora a interação entre seres humanos e natureza tenha provocado transformações

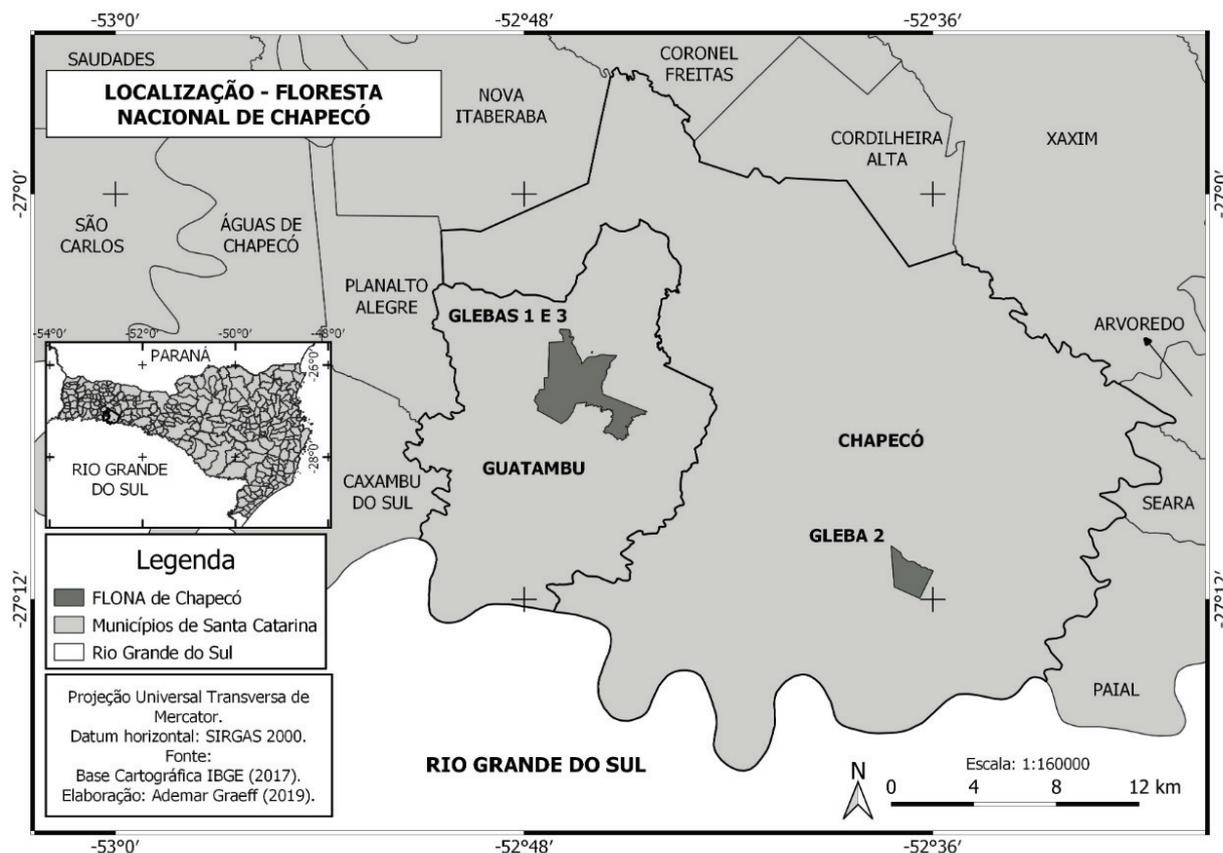
* Doutora em História. Professora do curso de História e do PPGH da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: <samira.moretto@uffs.edu.br>.

** Graduanda em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail: <michelyribeiro@hotmail.com>.

há milhares de anos, maiores mudanças foram catalisadas nas diferentes fases da Revolução Industrial², representando um nível mais profundo de alterações ambientais. A partir dos anos de 1950, as florestas tropicais foram alvo de maior degradação, enquanto anteriormente, os impactos eram mais intensos nas florestas temperadas e de coníferas (MOSLEY, 2010). O início da segunda metade do século XX é apontado por Mosley (2010) como a marca da intensificação do desmatamento de florestas tropicais – quando se precisou de mais madeiras nas construções e áreas livres para instalação das monoculturas. Este período foi um marco da antropização, denominado como a fase do Antropoceno e das grandes acelerações, uma vez que as mudanças passaram a ser mais acentuadas em vários indicadores das atividades humanas, como o crescimento populacional em áreas urbanas, aumento do uso de recursos naturais

e fontes energéticas, multiplicação do número de barragens construídas, entre outros (STEFFEN; GRINEVALD; CRUTZEN; McNEILL, 2011).

Dessa forma, o presente estudo busca refletir sobre a região Oeste do estado de Santa Catarina, inserindo-a no contexto global das grandes acelerações. A região, que desde o início do século XX teve sua paisagem transformada em maior escala, seguindo os moldes da colonização, após os anos 1950 foi marcada pelo desmatamento e pela gênese da agroindústria. Portanto, este artigo tem como principal objetivo analisar a criação do Parque Florestal João Goulart – que posteriormente tornou-se Floresta Nacional de Chapecó (FLONA de Chapecó), no ano de 1968 – no contexto das derrubadas das florestas da região entre as décadas de 1940 e 1960. O mapa 1 apresenta a localização da região de estudo e da FLONA Chapecó.



Mapa 1: Localização das glebas que compõem a Floresta Nacional de Chapecó
 Fonte: Graeff et al. (2019).

Para esta análise, partimos da abordagem da História Ambiental, que se propõe a entender como “os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 200), com enfoque na região de Chapecó³. De acordo com Donald Worster, a compreensão de que a terra atua como um agente histórico implica em uma ampliação da perspectiva da disciplina, levantando outros tipos de questões para a História e diferentes formas de delimitar o recorte das pesquisas, que muitas vezes extrapolam os tradicionais limites de fronteiras políticas ou nacionais. Por esse motivo, José Augusto Drummond destaca a ligação entre a história ambiental e a história regional, já que costuma utilizar um recorte com foco em regiões de alguma “homogeneidade ou identidade natural” (DRUMMOND, 1991, p. 181).

Mais especificamente, a História Ambiental está centrada no “entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 200). Ainda para o autor, as questões que a História Ambiental se dedica a investigar podem ser analisadas em três grupos, não necessariamente abordados em uma mesma pesquisa: o entendimento da natureza propriamente dita, o domínio socioeconômico e as estruturas de significação estabelecidas em relação à natureza.

Utilizando os grupos de análise propostos por Worster (1991) para entender a relação dos seres humanos com a região estudada, percebe-se que a paisagem do Oeste catarinense passou por bruscas modificações no século XX. Tais mudanças ocorreram em duas fases bem distintas, entretanto, ambas conectadas à atividade econômica de grande destaque no município naquele século: a extração madeireira. A primeira fase foi a do desmatamento da Mata Atlântica, enquanto a segunda foi marcada pela inserção de monoculturas e da agroindústria, nas áreas antes ocupadas pelas florestas. Ao historiador não compete um posicionamento maniqueísta desses processos, mas sim, analisar as transformações, consequência da compreensão da complexa relação dos seres humanos com meio

circundante. Segundo Drummond, é necessário que o historiador entenda o bioma, para fazer uma interpretação dessas relações:

Um historiador ou cientista social com um olhar minimamente treinado pode, por exemplo, distinguir uma floresta nativa madura de uma floresta secundária (capoeira) renascida depois de um desmatamento total, ou de uma floresta apenas parcialmente derrubada ou, ainda, de um reflorestamento. Cada tipo de floresta indica usos humanos distintos, recentes ou remotos, com antecedentes e consequentes ambientais relevantes. Ele pode também identificar plantas ornamentais ou de valor comercial “exóticas” (nativas de outras regiões, países ou continentes) introduzidas pela estética ou pelo trabalho humano (DRUMMOND, 1991, p. 184).

Desta forma, se faz necessário entender alguns processos, para fazer a análise a partir dos três grupos apontados por Worster. Além da descrição do próprio ecossistema, torna-se fundamental observar as fases de ocupação e interação dos seres humanos com a região estudada.

Chapecó e “seus rios caudalosos, suas florestas majestosas e suas terras fértilíssimas”⁴

Antes do início da atuação de companhias colonizadoras no Oeste catarinense, o local era ocupado principalmente por indígenas e caboclos. Estes grupos utilizavam a terra para fins de subsistência, e não tinham posse legitimada legalmente das terras que ocupavam. Em decorrência disso, o termo frequentemente usado para referir-se a eles era “intrusos” (VICENZI, 2008), e a posição de desigualdade em relação aos colonos provocou momentos de conflitos e tensões. Em uma atmosfera tão diversificada culturalmente, as relações entre esses grupos se deram, desde o princípio, de forma conflituosa. Mesmo com elementos culturais sendo miscigenados, como religião, alimentação e formas de expressão, a desconsideração pela tradição do caboclo e do indígena era fomentada pelas diferenças.

Na região do Oeste de Santa Catarina, houve intolerância com relação aos costumes e hábitos em diferentes esferas, até mesmo o modo como os indivíduos se relacionavam com o ambiente era menosprezado. As populações caboclas que já habitavam a região ocupavam as terras pelo regime de posse, e tinham o costume de separar as “terras de criar” das “terras de plantar” (RENK, 2006). Como a criação dos porcos era feita à solta, as chamadas terras de plantar ficavam localizadas mais afastadas das casas, para que os porcos não invadissem as áreas de cultivo, principalmente de milho. Essa forma de organização, de acordo com Silva, Brandt e Moretto (2017, p. 186), representava o fato de que “sucessivas levas populacionais passaram a adotar, ressignificar e construir práticas sociais e espaciais condizentes com o meio, desenvolvendo o conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos”. A criação de animais soltos e de cultivo apenas para subsistência, praticados pelos caboclos, deram lugar a propriedades privadas e aos cercamentos – que se encaixavam no padrão de produção almejado pelo Estado e projetado pelas companhias colonizadoras. Desse modo, a paisagem cabocla, apontada por Moretto e Brandt (2019a) como resultado das práticas de uso e acesso à terra por essa população, possibilitava a conservação de áreas de floresta. Porém, com o avanço da colonização, as atividades características dos caboclos que eram desenvolvidas em meio à floresta foram inviabilizadas.

Desta forma, uma das ações das companhias colonizadoras, para garantir que a comercialização dos lotes não encontrasse obstáculos, foi a expropriação dos indígenas e caboclos. Vicenzi aponta que tais atos marcaram a colonização, uma vez que “expulsar os moradores (...), explorar as terras compradas e tituladas, povoar, colonizar, extrair riquezas eram processos que prosseguiram, num novo patamar, a ocupação das terras no Brasil, desde os anos 1530” (VICENZI, 2008, p. 54).

No que diz respeito à vinda de imigrantes para o Brasil rural, Alvim (1998) destaca que estes procuraram recriar uma paisagem que remetesse aos seus locais de origem. O projeto de colonização

desenvolvido no oeste de Santa Catarina englobava preferencialmente os colonos de descendência alemã e italiana, os quais vieram do Rio Grande do Sul (NODARI, 2009). Assim, embora os migrantes que chegaram à região não fossem, em grande parte, da primeira geração vinda da Europa, as características do mundo privado que Alvim observa nestes ainda se fazem presentes na determinação da paisagem. Cabe ressaltar, conforme afirma Nodari (2009), que o encontro entre os diferentes sujeitos que se instalaram na região foi acompanhado de um processo de renegociação de seus costumes e práticas, principalmente a partir da década de 1930.

Importante destacar que a vinda dos imigrantes e migrantes estava intrinsecamente ligada à propaganda das companhias colonizadoras, que ressaltavam a qualidade das terras que os colonos encontrariam. Diversas vezes, o jornal *A Voz de Chapecó* noticiou que famílias chegavam para conhecer a região e logo eram convencidas a se instalarem por conta da fertilidade dos lotes. Como demonstrado na propaganda da Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso veiculada no mesmo jornal, em que consta que “A propaganda de suas terras é feita pelos que já compraram e nelas residem” (*A VOZ DE CHAPECÓ*, 1939, p. 3). Porém, as terras férteis estavam cobertas pelas florestas.

Quando os colonos chegaram no Oeste catarinense, no início do século XX⁵, se depararam com uma região composta por duas fitofisionomias do Bioma da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Floresta Estacional Decidual (FED). A FOM ocorre em áreas de clima úmido, predominando em terrenos entre 500 e 1500 metros de altitude (GASPER et al., 2013a). A presença da *Araucaria angustifolia* marca a fisionomia da FOM, que recebe também os nomes de Floresta com Araucárias, Mata de Araucária, zona de pinhais, entre outros. Por sua vez, a área de ocorrência da FED em Santa Catarina compreende altitudes de 150 a 800 metros, entrando em contato com a FOM a partir dos 600 metros. Situa-se principalmente nas margens de rios e afluentes, como no caso da região estudada, o Rio Uruguai (GASPER et al., 2013b). Entre as espécies que compõe a FED estão o

cedro (*Cedrella fissilis*), o angico (*Albizia edwallii*), a grápia (*Apuleia leiocarpa*) e outras.

A presença de madeiras nobres e a variedade de espécies chamavam a atenção pela exuberância e pelo potencial madeirável. Desta forma, as apologias à floresta concorriam com os comentários sobre a atividade madeireira, como segue a notícia de 1939 do mesmo jornal:

[...] Entretanto, no interregno de uma enchente a outra estão em plena atividade, os empresários de madeira, a fazerem abater nas majestosas florestas de Chapecó as árvores de cedro, cabreúva, louro e grapiapunha, ao mesmo tempo que os inúmeros engenhos de serra do município, preparam o pinho em tábuas, pranchas, barrotes e outros derivados [...] (A VOZ DE CHAPECÓ, 1939, p. 1).

Segundo Brandt e Nodari (2011), os colonos derrubavam as florestas para iniciar a lavoura, que ia para além da subsistência, pois tinham interesse na comercialização de produtos, caracterizando uma mudança na relação com a floresta observada até então na região. As derrubadas e a atividade madeireira, contemporâneas ao início do Antropoceno, marcaram as grandes transformações na paisagem do Oeste catarinense. Durante muitas décadas a madeira foi o principal motor da economia da região, o que acarretou na descaracterização da Floresta.

De árvores à matéria prima

Após a Segunda Guerra Mundial, a crise agravada pela impotência da exportação madeireira pela Europa impulsionou uma busca mundial por fornecimento de madeira. O Estado de Santa Catarina, com sua reserva ainda vasta de madeira de qualidade, mostrou-se um exportador em potencial. O mesmo fato também é observado em outras regiões da América Latina e do mundo, que a partir dos anos 1950 passaram por um aumento acentuado na perda das florestas (STEFFEN; GRINEVALD; CRUTZEN; McNEILL, 2011). A inserção de novas tecnologias no setor madeireiro, como motosserras,

facilitou a derrubada das árvores, intensificando o desmatamento e atingindo o auge da exploração na região da FED entre 1960 e 1970 (NODARI, 2012). Neste processo, ressalta-se as agências colonizadoras, pois as mesmas desempenharam um importante papel na ocupação, com a venda de terrenos para os colonos e também foram responsáveis pela limpeza dos terrenos (RENK, 2006). O valor madeireiro da araucária era reconhecido, e os terrenos com a espécie também eram valorizados. No jornal Folha d'Oeste, em edição de 1968, trouxe uma matéria mostrando a importância econômica desta espécie, onde desmatamento serviria a um fim maior, ligando o fato com o tão desejado progresso:

E a árvore mantém-se impassível. Sem um lamento. Sem um gemido. Sabe que deve dizer adeus àquelas paragens amigas... sabe que deve avisar aos pássaros cujos ninhos se entremeiam por entre suas fôlhas... mas nada faz. Espera o fim, silenciosamente. Conhece o seu destino: SERVIR. E há de cumprí-lo até o fim. [...] É a árvore servindo. Servindo sempre. Auxiliando, edificando, construindo laços. E, acima de tudo, além da oferta total de seu corpo retalhado, a essência de seu evangelho de doação e sociabilidade: “nada mais valioso que gastar a vida, em algo maior que ela própria” (FOLHA D'OESTE, 1968, p. 3).

Após o corte, a maior dificuldade das serrarias e madeireiras era processar e transportar a madeira. Após a instalação das madeireiras, houve incentivos à construção de vias para escoar a matéria prima. A indústria madeireira exportava, via térrea ou principalmente pela via fluvial, através das balsas, madeira para outras regiões do Brasil e exterior (BELLANI, 1991). O Rio Uruguai se tornou um importante aliado para escoar a madeira desta região. As cheias do rio possibilitavam o transporte das toras através de balsas, construídas com as madeiras que seriam futuramente vendidas. As toras de madeira seguiam o curso do Rio até os portos da Argentina e Uruguai.

Segundo Carvalho (2010, p. 60), vários fatores contribuíram para o aumento da extração madeireira, como a construção da ferrovia São

Paulo – Rio Grande. A empreitada influenciou na ascensão da produção madeireira. Projetada desde o final do século XIX, a estrada de ferro foi inaugurada em 1910, num total de 1.403 km entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS), cortando amplas extensões de matas praticamente inexploradas do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ligando Santa Maria (RS) a São Paulo (SP), e dessa forma também ao Rio de Janeiro.

Paralelo à expansão das vias de rodagem, cabe destacar que no oeste de Santa Catarina, na segunda metade do século XX, houve a expansão do setor agroindustrial. Poder escoar a produção era um estímulo para as empresas que naquele local se instalavam. A suinocultura representa um dos ramos que fortaleceu as agroindústrias a partir da transição de criação de porcos para o fornecimento de banha para a produção de carne, que contou com introdução de novas raças, investimento para pesquisas sobre melhoramentos genéticos e no incentivo para que a produção passasse a ocorrer em larga escala (MORETTO; BRANDT, 2019b). De acordo com os autores Moretto e Brandt (2019), neste período o principal destino da madeira extraída na região não era mais as serrarias, pois o crescimento de outros setores econômicos resultou na necessidade de fornecimento de lenha em maior escala para atender a demanda destes, como é o caso da agroindústria.

Com a construção da estrada de ferro, de outras vias secundárias e a utilização de balsas para escoamento da madeira, a exploração foi viabilizada em larga escala. A Mata Atlântica passou a ser visada pelo viés econômico e com isso acelerou as derrubadas, colocando a floresta em ameaça de extinção. Foi desta maneira que o Oeste do Estado perdeu grande parte da Floresta.

O Parque Florestal João Goulart

A importância do setor madeireiro não era exclusividade da região Oeste de Santa Catarina. A exploração das florestas abrangia grande parte da região sul do país, envolvendo também outras áreas do estado de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Devido aos lucros proporcionados pela indústria madeireira, havia preocupações sobre a

manutenção das atividades do setor, considerando que à medida em que o desmatamento ocorria e movimentava a economia, a área de florestas ainda disponível para exploração declinava. Desta maneira, em 1941, atendendo aos pedidos de empresários do setor madeireiro, foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP). Entre os objetivos do INP, estava a questão do reflorestamento. De acordo com Miguel de Carvalho,

Apesar da menção ao reflorestamento e à educação florestal, não podemos considerar o INP como um órgão de proteção ambiental da maneira como entenderíamos hoje, mas uma instituição fundamentalmente criada para desenvolver e promover a indústria madeireira, pois o reflorestamento e a educação florestal visavam à própria perpetuação e ao crescimento econômico do setor (CARVALHO, 2018, p. 80).

Como a construção de estradas que facilitassem o escoamento da produção não era representativa até este período, predominava o transporte fluvial. O Rio Uruguai possibilitava a conveniente existência de postos de controle e fiscalização em locais próximos aos rios da região oeste (SALINI, 2018). Assim, o autor aponta que a criação do Serviço do Rio Uruguai no ano de 1948, órgão ligado ao Instituto Nacional do Pinho com sede em Chapecó, tinha como função “atividades de reorganização e exportação da produção madeireira” (SALINI, 2018, p.109).

Já no ano de 1952, com a extinção do Serviço do Rio Uruguai, ocorre a instalação de uma agência do Instituto Nacional do Pinho em Chapecó. Conforme consta em ata, a instalação da agência é feita em cumprimento da Portaria número 300, de 31 de dezembro de 1951, tendo como atribuições:

- a) distribuir e recolher as guias de produção autorizada;
- b) receber instruções dos órgãos superiores e transmiti-los aos postos próximos a sua sede com os quais tem maior facilidade de comunicação e a serem especificados pela Delegacia Regional;
- c) fiscalizar os postos localizados próximos ao Rio Uruguai no Estado de

Santa Catarina; d) preservar, de acordo com a Delegacia Regional, medidas que visem evitar a evasão das rendas devidas ao Instituto; e) transferir a D.R de Santa Catarina, por via bancária, dentro de 24 horas, e na forma de [D.S] nr./ 99, o honorário recebido dos postos situados em localidades onde não existe estabelecimentos bancários, f) coligiros dados estatísticos dos postos referidos no item B (REGISTRO DE ATAS E TERMOS DO SERVIÇO DO RIO URUGUAI, 1952, p. 35).

Desta forma, a atuação da agência do INP localizada em Chapecó não incluía diretrizes mais efetivas de controle da exploração madeireira no sentido de possibilitar alguma conservação da floresta na região. Esse fato vai ao encontro da observação feita por Carvalho (2018, p. 81) a respeito da atuação do Instituto, de “que defender os interesses madeireiros implicou aprofundar e facilitar os meios que os madeireiros necessitavam para devastar e enriquecer com a floresta com araucária”. Como alternativa para solucionar a diminuição das florestas e seu consequente impacto no setor madeireiro, o INP instituiu a criação de Parques Florestais que serviriam para o reflorestamento (CARVALHO, 2018).

Localizado em Chapecó, o Parque Florestal João Goulart foi um entre os dez criados pelo Instituto Nacional do Pinho (SÁ, 2017). Do total de parques florestais criados pelo INP, a maioria foi instituída ainda na década de 1940, enquanto este foi estabelecido apenas no ano de 1961⁶. O objetivo principal de criação dos Parques Florestais era para “testar técnicas de plantio e manejo de espécies arbóreas, tanto nativas quanto exóticas, para a produção em grande escala de material lenhoso

com fins econômicos” (SÁ, 2017, p. 49). Esta prática estava voltada para o suprimento de matéria prima para o setor madeireiro e se distanciava do intuito de conservação e preservação dos recursos vegetais.

Inicialmente, o projeto de reflorestamento previsto para os parques consistia em plantio de pinheiro (*Araucaria angustifolia*), desconsiderando outras espécies, que compunham a Floresta Ombrófila Mista e Ombrófila Densa (CARVALHO, 2018), descaracterizando o ecossistema. O problema se agravou quando foram implementados estudos e experimentações com espécies exóticas. Segundo Moretto (2010, p. 16) “reflorestar é uma atividade complexa e deveria exigir uma série de medidas e considerações para sua implementação, que foram por muitas vezes ignoradas. A falta de preparo e planos de estudos ponderados ocasionaram grande perda na biodiversidade”. Desta forma, a introdução de uma mesma espécie vegetal é monocultura, como ocorre em lavouras.

Deste modo, o plantio de araucárias foi realizado e os resultados não foram os esperados, uma vez que a espécie denota de maior tempo para o crescimento, e conseqüentemente para o corte. Foi então que o INP passou a investir em experimentações com espécies exóticas, como o *Pinus spp.* De acordo com Carvalho (2018), essa mudança pode ser localizada no final dos anos 1950. Assim, no momento em que foi criado o Parque Florestal João Goulart, a política de reflorestamento adotada pelo Instituto Nacional do Pinho já estava deixando de lado a proposta de fazer o plantio com araucárias, voltando-se mais enfaticamente para a produção de exóticas. Dessa forma, a figura 1, registrada em 1969, evidencia o plantio de *Pinus spp* no local, enquanto as espécies nativas permanecem à margem.



Figura 1: Plantio de exóticas na FLONA de Chapecó, em 1969.

Fonte: Lembrança da inauguração da FLONA – IBDF. ICMBio/FLONA de Chapecó. Acervo digital da FLONA.

Outro aspecto que reforça a ausência de preocupação em relação à preservação e conservação da floresta endêmica está no local de escolha para a instalação dos parques florestais, nem sempre propícios para a reestruturação de áreas com remanescentes florestais. No recibo da compra de terras (1961) realizada pelo Instituto Nacional do Pinho, registra-se que a localização das aquisições pertencia ao Distrito de Guatambú, na época, pertencente ao município de Chapecó. Constata-se que entre os 500 alqueires (equivalente a 1.210 hectares) comprados pelo INP variavam, de acordo com a gleba de cada vendedor, entre “terras de cultura, matos e pinhaes”. Na edição do Anuário Brasileiro de Economia Florestal que anuncia a criação deste parque florestal, é afirmado que “a aquisição foi feita mediante o prévio exame das terras, quanto à sua qualidade e natureza, pelos técnicos do Instituto [...]” (INP, 1962, p. 29). Assim, não foi escolhida uma área com quantidade significativa de floresta nativa, mas sim, buscou-se um local em que seria possível dar andamento às atividades de experimentações de plantio de

árvores (nativas e/ou exóticas) para atender ao setor madeireiro.

No mesmo recibo da compra das terras, foi registrada a intenção da venda das árvores:

[...] os firmatários deste recibo, dão ao INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, o direito de ocupar, desde já, a totalidade das terras objeto do presente contrato, com exceção, porém, das benfeitorias, - assim como as árvores adultas industrializáveis, serão abatidas e retiradas pelos vendedores dentro do prazo de 360 dias, a contar da presente data, afim de que possa o INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, instalar e fazer funcionar a futura Estação Florestal de Chapecó, sem qualquer restrição ou entrave administrativo (1961).

Sobre as benfeitorias, os demais documentos não relatam suas presenças e foram estabelecidos os valores de indenização pelo INP, caso os pinheiros não fossem retirados pelos vendedores, no prazo pré-estipulado: “pinheiros de 45 centímetros a

60 centímetros de diâmetro, na altura de 1(um) metro no pé, Cr\$.... 1.500,00 (Um mil e quinhentos cruzeiros) por unidade”. O valor da indenização dobra para o caso de pinheiros maiores: “acima de 60 centímetros de diâmetro na altura de 1 (um) metro no pé Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) por unidade”. Para as outras espécies, o recibo estabelece que “Quanto as madeiras de lei e qualidade, que não forem retiradas no prazo objeto do presente recibo, passarão a pertencer ao INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, independentemente de qualquer indenização”. Com isso, a área em que foi criado o Parque Florestal abrangia árvores com potencial de industrialização.

Com o passar das décadas e a reestruturação dos códigos florestais, o Parque foi se moldando. Após a extinção do Instituto Nacional do Pinho, que teve suas atribuições realocadas para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), os parques florestais passaram a ser denominados como Florestas Nacionais. No caso do Parque Florestal João Goulart, sua criação enquanto floresta nacional ocorreu, conforme consta no decreto, por meio da portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968, com o nome de Floresta Nacional de Chapecó. A portaria em questão alterou apenas o nome da instituição, bem como dos outros dois parques florestais localizados no estado de Santa Catarina, em Três Barras e Caçador. Além disso, apenas mais de duas décadas depois da instituição da unidade enquanto Floresta Nacional é que seu funcionamento passou a ser regimentado por meio de um Plano de Manejo, o qual data do ano de 1989.

Considerações Finais

Com a grande aceleração marcando o aumento acentuado da atuação de seres humanos enquanto uma força geológica, torna-se imprescindível historicizar as relações de homens e mulheres com o meio ambiente para possibilitar o entendimento das transformações ambientais que vem ocorrendo ao longo do tempo. Diferentes grupos interagiram com o meio natural, com diferente intensidade de modificações. Em escala global, o crescimento populacional e as demandas

subsequentes desses índices provocaram a substituição de sistemas tradicionais de cultivo por outras formas de lidar com a terra, o que resultou, em grande parte, no desmatamento de florestas para expandir as áreas de monocultura.

Como parte integrante de uma economia mundial, a região Oeste do estado de Santa Catarina apresenta aspectos dessas transformações – que precisam ser entendidos em consonância com as especificidades locais para possibilitar maior compreensão das consequências das ações humanas no meio ambiente. A partir da colonização, o aproveitamento econômico das espécies florestais da região levou à exploração intensa das matas nativas. A criação do Parque Florestal João Goulart pelo Instituto Nacional do Pinho estava desvinculada do intuito preservacionista ou conservacionista. Mesmo com o intenso desmatamento, as preocupações em torno dos remanescentes florestais não foram relacionadas à manutenção do ecossistema, e sim com a continuidade de atividades econômicas.

A criação do INP, e a sua atuação na região, como visto no texto, foi marcada por um posicionamento de manutenção de recursos florestais, visando a indústria madeireira. Houve uma regulamentação dos procedimentos de corte, com intuito de organizar o uso da floresta, como matéria prima para o setor em ascendência na região.

Desse modo, a paisagem que foi historicamente constituída e atualmente compõe a Floresta Nacional de Chapecó apresenta reflexos da ação antrópica. Como resultado, pode ser observado que as áreas da unidade ainda possuem presença significativa das espécies vegetais exóticas, dificultando o manejo da floresta nativa. Após a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000), houve um reordenamento e foi repensado o papel das unidades de conservação voltadas para o uso sustentável.

Agradecimento

Agradecemos a Universidade Federal da Fronteira Sul e ao CNPq, pelos auxílios concedidos.

Notas

1 Dentre esses instrumentos podemos citar o uso de imagens de satélites, para mapeamento de áreas florestas, assim com a criação do *Global Positioning System* (GPS).

2 De acordo com Hobsbawm (2011), às condições básicas de uma sociedade industrial já estavam presentes no século XVIII, iniciado a revolução por meio da indústria do algodão. As fases seguintes constituem-se pelo desenvolvimento da indústria de produção de bens de capital, como equipamentos pesados feitos a partir de ferro e aço. No século XX, a Revolução Industrial toma novas formas e proporções, em função dos avanços tecnológicos.

3 O presente artigo apresenta parte dos resultados dos projetos: “As medidas de preservação e conservação no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1970 e 1980” e “Os usos do meio ambiente no Oeste de SC: medidas de conservação nas décadas de 1970 a 2000”. Apoio financeiro: UFFS e CNPq.

4 Matéria publicada no jornal A Voz de Chapecó: “[...] E que dizer deste município [Chapecó], com seus rios caudalosos, suas florestas majestosas, suas terras fértilíssimas [...]” (A VOZ DE CHAPECÓ, 1940, p. 2)

5 As companhias colonizadoras começaram a atuar no Oeste de Santa Catarina, no início do século XX e Chapecó foi oficialmente fundada em agosto de 1917 (CARBONERA *et al.*, 2017).

6 Localização e data de criação dos Parques Florestais instituídos pelo INP: Campo Largo - PR (1943), Três Barras - SC (1944), Itanguá - SP (1944), São Francisco de Paula - RS (1945), Fernandes Pinheiro - PR (1946), Canela - RS (1946), Passo Fundo - RS (1946), Passo Quatro - MG (1947), Caçador - SC (1954) e Chapecó - SC (1961) (SÁ, 2017, p. 60).

Referências

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215-287.

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950). 1991. xii, 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 17 dez. 2019.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel. (Orgs.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso (Orgs.). **Fronteiras fluidas**: florestas com araucárias na América Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 77-97.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). 313 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

GRAEFF, Ademar; NAIBO, Gerson Junior; LIMA, Gisele Leite de; OTSUCHI, Cristina. Floresta Nacional de Chapecó (SC): Aproximações entre o trabalho de campo e o ensino de biogeografia. In: PINHEIRO, Lidriana de Souza; GORAYEB, Adryane (Orgs.). **Geografia Física e as Mudanças Globais**. Fortaleza: Editora UFC, 2019. P. 1-12.

GASPER, André Luís de; SEVEGNANI, Lucia; VIBRANS, Alexander Christian; SOBRAL, Marcos; UHLMANN, Alexandre; LINGNER, Débora Vanessa; RIGON-JÚNIOR, Morilo José; VERDI,

- Marcio; STIVAL-SANTOS, Anita; DREVECK, Susana; KORTE, Alexandre. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Ombrófila Mista. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, 2013a. p. 201-210.
- GASPER, André Luís de; UHLMANN, Alexandre; SEVEGNANI, Lucia; LINGNER, Débora Vanessa; RIGON-JÚNIOR, Morilo José; VERDI, Marcio; STIVAL-SANTOS, Anita; DREVECK, Susana; SOBRAL, Marcos; VIBRANS, Alexander Christian. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Estacional Decidual. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, 2013b. p. 427-443.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Aspectos da vida administrativa e financeira do Instituto Nacional do Pinho. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 14. p. 7-46, 1962.
- MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). 281 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais no oeste de Santa Catarina. *In*: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos (Orgs.). **Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária**. Passo Fundo: EDIUPF, 2019a. p. 172-201.
- MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019b.
- MOSLEY, Stephen. **The Environment in World History**. Routledge, 2010.
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.
- NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. *In*: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 35-53.
- PISSETTI, Olga. Murmúrios do Caminho: 21 de setembro: dia da árvore. **Folha d’Oeste**. Diretores Homero Franco e Gabriel Dezen. Chapecó, 21 de setembro de 1968, ano V, n. 166, p. 3.
- RECIBO. Chapecó, 21 de dezembro de 1961. Acervo da FLONA – Chapecó.
- REGISTRO DE ATAS E TERMOS DO SERVIÇO DO RIO URUGUAI. Termo de instalação da Agencia do Instituto Nacional do Pinho, em Chapecó. Chapecó, 18 de fevereiro de 1952, p. 35.
- RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 2006.
- Rio Uruguai. **A Voz de Chapecó**. Chapecó, 28 de maio de 1939, ano I, n. 4, p. 1.
- SÁ, Débora Nunes de. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.
- SALINI, Ademir Miguel. **Colonização e meio ambiente**: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.
- Santa Catarina. **A Voz de Chapecó**. Chapecó, 14 de abril de 1940, ano I, n. 40, p. 2.
- SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. *In*:

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

STEFFEN, Will; GRINEVALD, Jacques; CRUTZEN, Paul; McNEILL, John. The Anthropocene: historical and conceptual perspectives. **Phil. Trans. R. Soc. A**, n. 369, p. 842-867, 2011.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.